

A.:G.:D.:G.:A.:D.:U.:

A.:R.:L.:S.: Solidariedade e Progresso - N° 3078

Proclamação da República,
uma história mal contada!



**Ir.: Basilio Thomé de Freitas Junior M.:M.:
CIM: 210887 G.:O.:B.:**

BIBLIOGRAFIA

1- A Maçonaria na Independência Brasileira

Tito Lívio Ferreira, Manoel Rodrigues Ferreira
Gráfica Bípulos Ltda. 2ª Edição - 1972.

3- O Governo Secreto

Jim Marrs Ed. Madras- 2005

5- Sociedades Secretas

Sylvia Brown Ed. Prumo - 2007.

7- “Perfis Brasileiros – D. Pedro II”

Jose Murilo de Carvalho, Companhia das Letras - 2007

9- A Maçonaria na Brasileira na Década da

Abolição e da República.

Jose Castellani

2- O que realmente aconteceu na proclamação da

República - Paulo Gomes Lacerda, ensaísta,
Núcleo de Difusão da Memória Brasileira

4- Illuminati

Paul H. Koch Ed. Planeta - 2005

6- “Monarquia: verdades e mentiras”

Paulo Napoleão Nogueira da Silva, Ed. GRD - 1994

8- A Maçonaria na Evolução da Humanidade

Felipe Cocuzza Ed. Ícone - 1994.

“Mesmo quando você tem todos os documentos e testemunhos de fonte primária, é impossível escrever História sem um bocado de imaginação. É a imaginação que cria os nexos entre os vários pontos que os documentos e testemunhos não atestam senão separadamente. A História é uma ciência, ciência é a busca da racionalidade no real, e buscar a racionalidade no real não é senão ir subindo na escala dos quatro discursos de Aristóteles, do possível ao verossímil, do verossímil ao razoável e do razoável ao demonstrado ou certo. A primeira etapa desse processo é puro trabalho de imaginação. É a imaginação que enquadra os dados na moldura racional dos graus de credibilidade admissíveis, com o objetivo ideal de tornar viável, no fim, a prova científica.”

Olavo de Carvalho

A Proclamação da República, é sem dúvida um dos eventos mais obscuros da história do Brasil em que pese sua evidente importância para nós. É notória a dificuldade da historiografia oficial em apresentar explicações consistentes para ele.

As causas tradicionalmente apresentadas, como a questão religiosa, abolição dos escravos e questão militar, requerem uma dose considerável de boa vontade para serem aceitas como relevantes.

Em uma rápida análise observamos que em relação a questão religiosa, por maiores que fossem as desavenças entre o governo e a Igreja, esta jamais iria desprestigiar a monarquia, até porque a implantação da República seria desastrosa aos seus interesses, como efetivamente o foi, e principalmente considerando que a Princesa Isabel era uma ultramontana declarada.

No caso da Abolição, o processo de emancipação dos escravos estava em andamento a muito e as leis então vigentes fizeram declinar o número de escravos vertiginosamente. Na época também já se tornava evidente a superior produtividade proveniente da mão de obra assalariada em relação a escrava. O mal estar gerado pela Lei Áurea, onde ocorreu, foi causado basicamente por não se prever indenização aos senhores de escravos. Convém mencionar que até o fim do Império a possibilidade de ressarcimento não foi descartada, o que veio efetivamente a ocorrer só após a proclamação da República, quando foi ordenada a queima dos documentos de registro de propriedade.

Por sua vez a questão militar estava restrita entre os próprios e ao gabinete do primeiro ministro, o que no máximo provocaria a queda deste (como efetivamente ocorreu).

Em que pese as flagrantes inconsistências a perspectiva de encontrar explicações em outro âmbito como, por exemplo, na atuação das sociedades secretas constitui um “tabu” para a maioria dos estudiosos.

Uma exceção foi o maçom e historiador de ofício Tito Lívio Ferreira. No seu livro “A Maçonaria na Independência Brasileira” escrito em parceria com seu irmão Manoel Rodrigues Ferreira, apresenta teses muito diversas das tradicionais. Ele afirma que Independência e os movimentos ocorridos antes de 1822 buscavam fundamentalmente a implantação da República nas províncias em que ocorreram, e teriam tido cunho essencialmente ideológico e inspiração maçônica, especificamente da facção por ele denominada de Maçonaria Vermelha, uma ala revolucionária da Maçonaria contaminada por outra sociedade, esta realmente secreta, os

Iluminados da Baviera (Illuminati). Afirma ainda que após a revolução liberal em Portugal e no Brasil a disputa entre a Maçonaria Vermelha (partidários das ideias de Ruseau e republicana) e a Azul (partidários das idéias de Looke e adeptos da monarquia constitucional) resultam na Independência do Brasil.

Embora Tito Lívio Ferreira seja considerado nos círculos de historiadores e por muitos estudiosos, o maior pesquisador da história do Brasil, estas teses recebem muito pouca consideração. Isto não surpreende, dada a formação predominantemente marxista de nossos historiadores, para os quais a interpretação econômica da história é o cominho preferencial. Embora seja indiscutível sua importância como um viés de análise, sua aplicação de forma sectária e única objetiva apenas mascarar a verdade, justificar opções políticas e consolidar um pensamento hegemônico que impede que idéias fora do âmbito politicamente correto sequer sejam discutidas.

No exterior, porém, mercê de uma maior diversidade do pensamento acadêmico nas últimas décadas, muitos pesquisadores consideraram mais atentamente a atuação de sociedades secretas nos processos históricos. Mas, mesmo não sofrendo as restrições do pensamento hegemônico, constituem uma minoria cujas idéias são estigmatizadas sob a alcunha de “Teorias da Conspiração”. Seus adversários utilizam a estratégia bíblicamente conhecida de semear o joio junto ao trigo, arquivando ao lado de trabalhos bem fundamentados, muitos mitos, lendas e estórias que receberam a mesma denominação. Descartar tais idéias a priori não é uma atitude sábia, como bem demonstra a parábola, e em termos de Brasil, uma atitude menos sectária dos historiadores certamente contribuiria para que a explicação de muitos dos principais eventos de nossa história, adquirissem maior consistência tal qual ocorreu com eventos como a Revolução Francesa, e Revolução Russa entre outras, cujas explicações romperam o âmbito do aspecto econômico, pela observação de evidências que as ligam com interesses internacionais de poder e governo mundial.

O fato é que a atuação dos Iluminados da Baviera, constituem a cerne das assim chamadas “Teorias da Conspiração”. Se é aconselhável considerar sua atuação com parcimônia, ignorá-la certamente não é o caso.

Os Illuminati



“A Igualdade e a Liberdade são direitos essenciais que o homem, na sua perfeição original e primitiva, recebeu da natureza. O primeiro golpe na Igualdade foi dado pela propriedade. O primeiro golpe na Liberdade foi dado pelas sociedades políticas ou governos. Os únicos apoios da propriedade e dos governos são as leis políticas ou governos. Os únicos apoios da propriedade e dos governos são as leis religiosas e civis. Portanto, para restabelecer os primitivos direitos do homem, é preciso começar por destruir toda religião e toda sociedade civil, abolindo toda propriedade.” Spartacus.

Este era o pseudônimo de Adam Weishaupt um professor de Direito Canônico na Universidade de Ingolstadt, que a 1 de maio de 1776 funda a sociedade secreta conhecida por Iluminados da Baviera (Illuminati). Embora seja ele apresentado como o seu líder e mentor, o fato de que, de 1770 a 1776, a Casa Rothschild, recém-estabelecida financiou Weishaupt, e que seus objetivos foram perseguidos por outras sociedades derivadas dos Illuminati após seu exílio e morte em 18 de Novembro de 1830, demonstram poder haver instancias superiores.

Weishaupt sabia como atrair à sua sociedade as melhores e mais esclarecidas mentes, as quais escolhia na alta finança, na indústria, na educação e na literatura. Ele utilizava a corrupção pelo dinheiro e pelo sexo para controlar as pessoas de posição elevada.

Weishaupt ordenou que os Iluministas se infiltrassem nas Lojas Maçônicas e formassem suas próprias sociedades. Somente os maçons que se provavam internacionalistas e aqueles cuja conduta provava que eles tinham desertado de Deus eram iniciados nos Illuminati. Daí para frente, os conspiradores vestiam a capa da filantropia e do humanitarismo para ocultar suas atividades revolucionárias que objetivavam a destruição final de todos os governos e religiões, ação que asseguraria paz e prosperidade permanentes na instauração de um Governo Mundial Único.

Mas, toda esta estratégia de dissimulação não foi suficiente para evitar o crescente alarme social causado pela difusão das idéias dos Illuminati, e já em junho de 1784 o Eleitor da Baviera duque Karl Theodor Dalberg, aprovou um edito no qual ficava terminantemente proibida a constituição de qualquer sociedade, fraternidade ou círculo secreto não autorizado previamente pelas leis vigentes. Os Illuminati foram identificados como um ramo da Maçonaria sendo ordenado o fechamento de todas as Lojas.

Internacionalmente os objetivos dos Illuminati ou eles próprios provavelmente permaneceriam desconhecidos não fosse por dois episódios: um ocorrido em 10 de julho de 1785, quando um raio atingiu um dos seus correios – o padre apóstata Lanz, e o matou, enquanto cavalgava de Ratisbona a Paris, sendo encontrado com ele um exemplar da versão revisada da Conspiração, destinada aos membros dos Illuminati que tinham recebido ordem de fomentar a Grande Revolução Francesa.

O outro decorreu da intenção dos Illuminati em infiltrarem-se nas lojas maçônicas na Grã-Bretanha. Para isso Weishaupt convidou John Robinson para vir visitá-lo. Robinson era um maçom de alto grau no Rito Escocês, professor de filosofia natural na Universidade de Edimburgo e Secretário da Sociedade Real de Edimburgo. Robinson desconfiou dos objetivos dos Illuminati, mas guardou suas reações para si mesmo tão bem que lhe foi confiada uma cópia da conspiração revisada de Weishaupt para estudar e guardar em lugar seguro. Robinson

objetivando alertar os governos do perigo que corriam, publicou um livro intitulado *Proof of a Conspiracy to Destroy All Governments and Religions* (Provas de uma Conspiração Para Destruir Todos os Governos e as Religiões),.

De qualquer modo, como os chefes de estado e da igreja na França foram levados a ignorar as advertências, e a revolução irrompeu em 1789, conforme planejado por Weishaupt.

O continente americano naturalmente não ficaria imune ao plano Illuminati. Os Estados Unidos que desde sua independência procuravam um rei (na pessoa de Charles III Stuart no exílio e também de George Washington) terminou adotando o regime republicano, reconhecidamente influenciado pela Revolução Francesa. O quanto isto pode ser atribuído aos Illuminati e difícil comprovar, mas é emblemática a carta escrita pelo próprio George Washington em 1798 como resposta ao alerta de um pastor protestante chamado G.W.Synder em relação a Maçonaria: *“Não tenho a menor intenção de duvidar que a doutrina dos Illuminati e os princípios do jacobismo tenham se ampliado nos Estados Unidos. Ao contrario ninguém está mais convencido do que eu. O que pretendo expor e que não acredito que as Lojas de nosso país tenham buscado, assim como as associações, propagar as diabólicas doutrinas dos primeiros e os perniciosos princípios dos segundos, se e possível separá-los, mas depois reconhecia, o que as individualidades haviam feito (membros das lojas, a margem delas) e demasiadamente evidente para ser posto em dúvida”*.

A América Portuguesa e Espanhola também estariam na mira dos Illuminati. A constituição de Lojas Maçônicas no Brasil de inspiração francesa e francamente revolucionárias nesta época, são fortes evidências.

Precedentes da Republica

Antes de 1822 ocorreram vários movimentos, sempre justificados pelos historiadores como objetivando a independência em relação a Portugal e que na pratica procuravam estabelecer Republicas no Brasil. Convém mencionar alguns traços comuns relevantes:

- os movimentos são de iniciativa das elites locais que deveriam assumir o poder,
- e notória a participação de maçons nestes movimentos.

Segundo Tito Lívio Ferreira, a independência resulta do confronto entre as facções Maçônicas que se consolidam no Grande Oriente do Brasil comandado de fato por Gonçalves Ledo e no Apostolado comandado por José Bonifácio, respectivamente contra e pró monarquia.

As intenções de Gonçalves Ledo e a orientação da Maçonaria dita “vermelha” ficam explicitas em uma carta a seu irmão, Custódio (ver anexo).

A ação das Cortes em Portugal totalmente controladas pela Maçonaria Francesa e que pretendiam implantar um simulacro de Republica precipita a atitude de D. Pedro apoiado no Apostolado onde predominava maçons do Sul do País, especialmente de São Paulo.

É emblemático que logo após a Independência ocorre o movimento denominado Confederação do Equador, que pretende a instauração de uma Republica nos estados do Norte, justamente aqueles que apoiaram as cortes de Portugal nos acontecimentos que precederam a independência. Este movimento que confunde muitos historiadores se deu por quê? A contrariedade das autoridades dos estados do Norte resultou da separação de Portugal, ou porque viram frustradas a possibilidade da implantação da República ou de republicas em seus territórios?

Após a abdicação de D. Pedro I, durante o período da regência também houveram acontecimentos que justificam a suspeita de que os objetivos dos Illuminati continuavam a ser perseguidos embora a sociedade não mais existisse com esta denominação. Neste período da destaca-se: Cuiabá em 1834, Belém do Para (Cabanagem) e Revolução Farroupilha em 1835, São Paulo e Minas em 1842 e dos praieiros de Pernambuco em 1848.

Na Regência do padre Feijó a Revolução Farroupilha e a Cabanagem merecem especial atenção. O episódio da Revolução Farroupilha, foi conduzido por Feijó de forma que não reste aos rebeldes alternativa que a instituição da República Rio Grandense. Autores como Felipe Cocuza afirmam ser esta atitude uma evidência de que Feijó era um agente a serviço de interesses outros que a soberania nacional e estariam envolvidos com uma sociedade secreta derivada dos Illuminati denominada Burschenschaft.

Descobertas recentes a respeito da revolta conhecida como Cabanagem reforçam esta tese, conforme demonstra o artigo de O Estado de S.Paulo de 21/01/2001: ***Regente Feijó pediu a estrangeiros que ajudassem a debelar revolta da Cabanagem*** (por Lúcio Flávio Pinto- ver anexo)

A Burschenschaft

Em 1828, aos 20 anos de idade, aporta no Rio de Janeiro, Johan Julius Gottfried Ludwig Frank, ou simplesmente Júlio Frank, um alemão de sólida formação.

Ele passa uma temporada na Fortaleza de Lage, por ter sido denunciado como passageiro clandestino e sua vida pregressa na Alemanha mantém-se nebulosa até hoje:

- Gustavo Barroso afirma ter sido Júlio Frank, o mesmo Karl Sand assassino de Kotzebue, cônsul Geral da Rússia em Königsberg, que condenado à morte, dela conseguira escapar, tendo outro sido morto em seu lugar.

- Afonso Arinos de Melo Franco afirma ter sido Júlio Frank não o próprio Karl Sand, mas seu irmão, Luís Sand, referindo-se a "uma tradição da Burschenschaft brasileira".

- Afonso Schmidt e Bandecchi afirmam ter sido Júlio Frank o nome real desta figura, nascido em 8 de dezembro de 1808, filho primogênito do encadernador de livros Carlos Frederico Frank e de sua esposa Carlota Frederica.

- Afonso Schmidt fala, ainda, ter sido ele filho adotivo do casal, trazido a ela pelas mãos, nada menos, nada mais, de Adam Weishaupt, o criador da Ordem dos Iluminados.

O certo é que do Rio de Janeiro ele foi para Sorocaba, onde obteve colocação na Fábrica de Ferro São João de Ipanema, dirigida por alemães da família Varnhagen. Acabou demitido por sua proximidade com os negros escravos e passou a trabalhar numa venda como caixeiro, onde também dava aulas para estudantes que pretendiam ingressar na Academia. Por seus vastos conhecimentos gerais e domínio de idiomas como latim, francês, italiano e inglês, foi indicado em 1833 por Nicolau Vergueiro a Rafael Tobias de Aguiar, então presidente da Província, para dar aulas de história e geografia no "curral dos bichos" – como os alunos chamavam o Curso Anexo da Faculdade de Direito. Só que Frank acabou transmitindo aos alunos muito mais do que as matérias curriculares: ensinou-os a se organizarem nos moldes das sociedades de jovens que até hoje existem e são muito difundidas na Alemanha, as *Burschenschaft*, cuja principal função é prover assistência material aos estudantes necessitados.

No Brasil, entretanto, a Bucha – como aqui foi chamada a Burschenschaft –, teria um alcance político muito maior, que desde o início foi delineado pelo próprio Júlio Frank: *"Os que estiverem na Academia continuarão a obra de assistência; os que terminarem o curso terão nela uma sociedade de ex-alunos, tão útil, e se auxiliarão através do tempo. E, ainda mais tarde, essa sociedade poderá governar o país"*. Palavras proféticas: embora seus membros nunca tenham excedido 10% do corpo discente, constituíam a elite intelectual e moral da escola. Júlio Frank, morreu de pneumonia contraída após um banho no rio Anhangabaú em 1841, aos 32 anos e foi sepultado no Campus da Faculdade.

Quando se trata de sociedades secretas, é extremamente difícil separar a lenda da verdade ou verificar quanto da verdade há na lenda. Uma coisa pelo menos é segura, acolhida

por todos que trataram da questão, reafirmada pela própria orientação da "Bucha": republicana, anti-monárquica, liberal exaltada,- a sua ligação com a Burschenschaft alemã e com a Ordem dos Iluminados de Weishaupt.

Cabe aqui observar que na mesma época surge nos EUA uma sociedade muito similar a Bucha, mas que viria a obter uma notoriedade bem maior. Conhecida como "Irmandade da Morte", "Capítulo 322", "Skull and Bones - Crânio e Ossos" ou simplesmente "Ossos", foi fundada em 1832 na Universidade de Yale por William Russell e Alphonso Taft.

William era primo de Samuel Russell, que fez fortuna contrabandeando ópio para a China, e que supostamente teve envolvimento com a Sociedade de Thule (uma derivação dos Illuminati) na Baviera, onde estudou por dois anos. A origem comum, mesma época de fundação, mesmo público alvo (acadêmicos), objetivos políticos idênticos, são demasiadas coincidências para descartarmos a suspeita de que estas sociedades não sejam produto de um movimento orquestrado.

Pertenceram à "Bucha" figuras importantes do Império e da República: Paulino José Soares de Souza (visconde do Uruguai), Pimenta Bueno, Manuel Alves Alvim, Joaquim José Pacheco, Ildefonso Xavier Ferreira, Vicente Pires da Motta, Antonio Augusto de Queiroga, Antonio Joaquim Ribas, Mariano Rodrigues da Silva e Melo, Alexandrino dos Passos Ourique (entre os fundadores e primeiros membros da Associação); depois, não por ordem cronológica: Rui Barbosa, Barão do Rio Branco, Afonso Pena, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Wenceslau Brás, Visconde de Ouro Preto, Visconde do Rio Branco, Pinheiro Machado, Assis Brasil, Francisco Otaviano, João Pinheiro, Afrânio de Melo Franco, Pedro Lessa, Bernardino de Campos, Américo Braziliense, David Campista, Washington Luiz, Altino Arantes, Frederico Vergueiro Steidel, Júlio Mesquita Filho, Cândido Mota, Bias Fortes, Paulo Nogueira Filho, José Carlos de Macedo Soares, César Vergueiro, Henrique Bayma, Spencer Vampré, Sebastião Soares de Faria, Antonio Carlos de Abreu Sodré, Francisco Morato, Waldemar Ferreira, Alcides Vidigal, Rafael Sampaio de Rezende, Arthur Bernardes, Abelardo Vergueiro César, Álvares de Azevedo, Castro Alves, Fagundes Varela, José Tomás Pinto de Cerqueira.

Dos presidentes civis da República Velha, apenas Epitácio Pessoa não foi da "Bucha", afirma Carlos Lacerda (Jornal da Tarde, 28/5/77).

Quanto às relações da "Bucha" com a Maçonaria, a estratégia de infiltração se manteve, é notório que, simultaneamente com esta, surge a Loja Amizade, composta na maioria por pessoas ligadas à Academia paulista e também à "Bucha", como Bernardino José Queiroga. Posteriormente também a Loja América a qual pertencia Rui Barbosa receberia muitos membros da Bucha quase automaticamente, afinal maçonaria era um ambiente propício a difusão de novas idéias, seus quadros incluíam figuras de proa da política de instituições influentes como as Forças Armadas.

Porém o ambiente era diferente em relação ao início do século. Na reabertura do GOB por Jose Bonifácio neste já não existia os declarados objetivos republicanos de antes, alias o Ir.: José Castellani em seu trabalho - A Maçonaria Brasileira na Década da Abolição e da República ressalta: *"O que é importante destacar é que, conforme mostra uma farta documentação, só agora resgatada, o Grande Oriente do Brasil, como instituição, não participou das campanhas da abolição da escravatura e da implantação da República. Essa participação foi de Lojas e de maçons, que se empenharam em ambas as campanhas, sob a égide e os princípios da instituição, mas sem que esta tomasse, oficialmente, partido, como acontecera em 1822, por ocasião da independência do Brasil"*.

Provavelmente por isto surgia em 1863 o Grande Oriente Unido, dissidência do Grande Oriente do Brasil, liderada por Joaquim Saldanha Marinho, que estaria a frente do lançamento do Manifesto Republicano a 3 de Dezembro de 1870. Inicialmente denominado Grande

O Oriente do Brasil da Rua dos Beneditinos foi absorvido pelo GOB, em 1883. A este Grande Oriente estava ligada a Loja América.

Um detalhe interessante era o fato do Grande Oriente Unido receber a alcunha de Apostolado. Obviamente não era o criado por José Bonifácio, em 1822, coexistindo com o Grande Oriente Brasílico e fechado pelo imperador D. Pedro I, em 1823, mas um Apostolado de sinal trocado.

Diretamente nas Academias ou na Maçonaria uma doutrina ideológica seria disseminada com objetivos revolucionários, conhecida por Positivismo.

Positivismo



Após a Guerra contra o Paraguai, momento a partir do qual o exército passou a se estruturar, destacou-se a importância das escolas militares, responsáveis pela formação ideológica da maioria dos soldados, das grandes cidades, a partir da ideologia positivista, base para a participação política cada vez mais ativa dos militares.

Neste contexto dentro do exército brasileiro destacou-se Benjamin Constant, professor da Escola Militar. Sabe-se que Benjamin Constant era filiado ao Grande Oriente Unido, por uma referência de Quintino Bocaiúva a ele, após a sua morte, dizia que Benjamin, “em relação ao positivismo, sempre pensou como em 1882, quando se retirou do Apostolado”.

O positivismo é uma ideologia de cunho imanente, materialista que se desenvolveu na França e ganhou o mundo ocidental, durante o século XIX.

O nome vem da obra de Augusto Comte, "*Filosofia Positiva*", quando o autor faz uma análise sobre o desenvolvimento de seu país ao longo do século, atribuído à indústria e a elite industrial, grupo esclarecido e capacitado, que, se foi o responsável pelo progresso econômico, deveria ser o responsável pelo controle do Estado. Para Comte, caberia a elite governar, enquanto caberia ao povo trabalhar. Trabalhar sem reivindicar, sem se organizar e sem protestar, pois "só o trabalho em ordem é que pode determinar o Progresso", nascendo daí o lema de sua filosofia, que os militares escreveram na bandeira brasileira, após o golpe de 15 de novembro. Será que qualquer semelhança com as teses de Waishaupt são meras coincidências?

República-O primeiro golpe militar



Os nossos manuais de História, ou melhor, de estória que, à luz dos ensinamentos de Marx, reduzem toda a epopéia de nossos antepassados, a uma questão de interesses estritamente econômicos – costumam colocar o golpe de Estado que derrubou a Monarquia em 15 de novembro de 1889 como um fato que apenas teria apressado o inexorável ocaso de um Império que, segundo eles, era anacrônico e condenava o Brasil ao atraso. Entretanto, não é preciso pesquisar muito, para se chegar à conclusão de que nosso Império nada tinha de anacrônico, e longe de representar um obstáculo ao desenvolvimento nacional, conciliando Tradição e Progresso, impulsionava a evolução econômica e social do País, e que o período monárquico, ao contrário do republicano, foi caracterizado sobretudo pela Ordem e pelo Progresso.

O Império não foi perfeito, assim observou Paulo Napoleão Nogueira da Silva, na introdução de sua obra “Monarquia: verdades e mentiras”, alias nenhum regime é perfeito, “porque em todos está presente o elemento ‘erro’, a falibilidade que é própria dos seres humanos”.

Sob o Imperador D. Pedro II, com um sistema parlamentar de governo, o Brasil era próspero, respeitado no concerto das nações, tido como um modelo de civilização pelos demais países Latino Americanas, com uma economia séria e uma armada invejada. A “Gazeta Mercantil” informa que, no Império, tinha o Brasil a segunda maior frota mercante do Planeta, da mesma forma que o Ministério da Marinha informa que, naquele período de nossa História, tínhamos a segunda maior esquadra naval do Mundo. Multiplicavam-se as escolas, e os cursos superiores. As estradas de rodagem e de ferro, eram construídas em ritmo acelerado; provém, do Ministério dos Transportes a informação de que, durante o II Império (1840-1889), construiu-se no Brasil cerca de 10.000 quilômetros de ferrovias. A indústria nacional, ainda nascente, competia com as rivais européias.

Com exceção dos norte-americanos, os brasileiros (14 milhões de habitantes) eram os únicos do continente a desfrutar de um Estado democrático de Direito permanente, com eleições rotineiras. Para exemplificar a evolução política do Império, votavam no Brasil cerca de 13% da população, enquanto na Inglaterra este percentual era de 7%, na Itália 2% e em Portugal não ultrapassava os 9%, ficando o percentual mais alto, 18%, para os Estados Unidos.

O regime era tão liberal a ponto de permitir o funcionamento desimpedido de um Partido Republicano. Também eram notórias as liberdades civis, sobretudo a de expressão, com uma imprensa livre. Não era por acaso que os presidentes argentinos Saens Peña e Bartolomé Mitre se referiam ao Brasil daquele tempo como a “democracia coronada”; como também não foi por acaso que Thiers, em diferentes discursos perante a Assembléia Nacional Francesa, e William Gladstone, dentre outros, tanto elogiaram o regime monárquico brasileiro.

Segundo informações que o Dr. Paulo Napoleão Nogueira da Silva colheu em diferentes fontes, todas elas absolutamente insuspeitas, e transcreveu na edição de “O Estado de São Paulo” de 14 de setembro de 1991, relata: entre 1840 e 1889, o Brasil teve inflação anual de 1,58%. Neste mesmo período, a inflação da França, do Reino Unido, dos Estados Unidos e da Alemanha oscilava entre 1,6% e 0,4%. Nos cento e um anos decorridos desde a proclamação da República até esta data, os preços mundiais elevaram-se em vinte e três vezes, ao passo que no Brasil elevaram-se em nada menos do que trinta e dois trilhões de vezes!

Segundo a revista “Finanças Públicas”, editada pelo Ministério da Fazenda, em seu volume 213 (maio/junho de 1960), no Império, entre 1840 e 1889, o menor salário do País era de 25.000 réis, o que equivalia a 22,5 gramas de ouro.

Com a República, de acordo com Nogueira da Silva, em julho de 1993, os trabalhadores conseguiram obter um salário mínimo de CR\$ 5.600,00, o que correspondia a apenas 06 gramas de ouro! Da mesma fonte provém a informação de que o maior salário do Brasil Imperial, o de Senador, foi de 300.000 réis; isto é, somente doze vezes maior do que o menor salário. Em princípios da década de 1990, quando Nogueira da Silva escreveu seu ensaio, o salário de Senador da República correspondia a duzentas e quarenta vezes o salário mínimo!

Não é o caso de afirmar que a monarquia seja superior a república ou vice-versa, mas a forma de sua implantação foi desastrosa e injustificável. É fácil verificar que a Monarquia assegurava a estabilidade política necessária ao desenvolvimento, o que a colocava como alvo predileto dos interesses contrários à nação. Especialmente daqueles que desejavam o poder hegemônico. Derrubar a Monarquia era derrotar o Brasil. Com as forças armadas do Império eram suficientemente fortes para impedir quaisquer tentativas de invasão do nosso território, o engodo pareceu melhor estratégia do que a força, e assim foi feito. Disseminaram o vírus republicano, levando falsas promessas, ideais absurdos e planos utópicos, como pouco depois ficou demonstrado. Incentivaram a indisciplina nas forças armadas, oferecendo aos militares o poder político que, associado ao poder das armas, seriam uma combinação suficiente para garantir ao Brasil um futuro grandioso.

No dia 15 de novembro de 1889, data em que não foi proclamada a República, o marechal Deodoro da Fonseca, velho e doente, foi arrancado às pressas de seu leito para falar à tropa amotinada. Tinha 62 anos, quando a insurreição instigada pelo cel. Benjamim Constant espalhando boatos que o gabinete Ouro Preto era contra o Exército teve efeito. Os militares, descontentes com a atuação do Conselho de Ministros, exigiam a substituição desses. Na realidade, o que a tropa exigia já estava decidido. O Imperador, sempre atento ao bom andamento das questões de governo, havia decidido efetuar a troca do ministério.

O marechal, ciente da decisão do Imperador, foi ao encontro dos revoltosos e após dar a notícia da substituição do Conselho dos Ministros, em cena que ficou imortalizada na magnífica tela de Henrique Bernadelli, levantou o quepe e gritou: “Viva o Imperador”. Outro “viva”, em resposta, foi dado pelos soldados e também pelos populares. Já desarmados os espíritos, os militares logo voltaram aos quartéis.

A melhor descrição da participação do povo no incidente do dia 15 foi dada por Aristides Lobo, um dos poucos republicanos que presenciaram os acontecimentos, que sentenciou: “O povo assistira a tudo bestializado”. O que o povo viu e ouviu foi um desfile de tropas (não mais do que seiscentos militares), um marechal doente falando aos soldados, e o grito de “Viva o Imperador”.

O que o povo não viu, foi a trama que se urdia às escondidas. O que, para a historiografia oficial, parece ter sido uma proclamação, não o foi. O ministro Ouro Preto, mesmo preso, solicitou a presença do Imperador, que, de Petrópolis desceu calmamente para jogar água fria na fervura militar. D. Pedro II, seguindo as normas parlamentaristas, reuniu-se com os políticos do partido majoritário, com a intenção de constituir um novo Governo. O que viria a fazer com Deodoro que agira fora da lei, ficava para depois. Durante a reunião os deputados do Partido Majoritário sugeriram o nome de Gaspar da Silveira Martins. Este nome, entretanto, logo foi alijado, pois o político gaúcho viajara ao sul, para contatos com suas bases eleitorais.

Foi atribuída ao Conselheiro José Antônio Saraiva, diplomata de renome que já chefiara o Gabinete Imperial duas vezes, entre 1880 e 1882 e por um curto período no ano de 1885 a missão de formar o novo gabinete.

Por acaso, na sala de reuniões, provavelmente como oficial ajudante, encontrava-se o Major Sílon Ribeiro. Conhecedor que era da rusga seriíssima que havia entre Deodoro e Silveira Martins, teve a idéia, que seria a mola propulsora da Proclamação da República.

Quando Deodoro exercera o Comando Militar do rio Grande do Sul, Silveira Martins ocupara a Presidência da Província. Tornaram-se inimigos figadais, não só do ponto de vista político, mas principalmente no âmbito pessoal.

Embora ambos fossem casados, nas horas vagas dispunham dos favores de uma mesma dama, a viúva Adelaide. A Baronesa do Triunfo era uma mulher muito bonita e elegante, e tudo indica ela dava preferência ao Silveira Martins.

Ao que parece este caso tornou-se bem conhecido a ponto de na época, pela boca alegre dos cariocas correu a quadrinha: *Papagaio come milho, Coruja bebe azeite, Mas a pomba da Adelaide, Come carne, bebe leite...*

Isto tudo rodopiou na cabeça do Major Sílon, que pedindo licença ao Imperador, retirou-se da sala e partiu a galope, com sua calúnia venenosa que se definia em dois boatos: “Que o Imperador nomeara Presidente do Conselho de Ministros, Gaspar da Silveira Martins e que dera ordem de prisão ao Marechal Deodoro da Fonseca”.

Em sua casa, o velho Marechal recusara-se a assinar, peremptoriamente, ao decreto de Proclamação da República que uma dezena de republicanos já tinha redigido. Estes, não se conformando da “questão militar” não ter resultado na queda da Monarquia, não largavam a sombra do Deodoro, não saíam de sua casa, como que esperando um milagre, que mudasse a situação.

O que veio a acontecer, não foi um milagre, mas sim, um artifício ardiloso, as mentiras do Major Sílon Ribeiro. Quando ele chegou à casa de Deodoro e transmitiu ao velho homem alquebrando pelas doenças, a notícia falsa, o militar enfureceu-se e julgando que o Imperador fazia aquilo diretamente para feri-lo, destemperou em um grito aos líderes republicanos: “Deixe-me assinar esta porcaria” e assinou. Estava proclamada a República no Brasil. Quando a notícia verdadeira chegou, ele só pode dizer: “Tarde demais”.

O marechal, que no dia quinze de novembro gritara um “Viva o Imperador”, frente à tropa, e que pouco tempo antes dizia ao seu sobrinho, General Clodoaldo: “Não te metas em questões republicanas, porquanto República no Brasil e desgraça completa são a mesma coisa.” Esse mesmo marechal, idoso e doente, no dia dezesseis, se intitulava chefe do governo provisório que se constituía para implantar a República no Brasil

No dia 16 de novembro, um oficial entrou no Paço com uma mensagem do “governo provisório”, determinando a saída do Brasil de toda a família do Imperador, no prazo de vinte quatro horas, e oferecendo garantia de uma viagem “cômoda” para a Europa. Na madrugada do dia seguinte, às pressas e às escondidas, D. Pedro e toda a sua família foram embarcados.

Desconhecendo os fatos que se desenrolavam sub-repticiamente, os militares e o povo dormiam sossegados. Apenas os golpistas e as pessoas mais próximas do Imperador tinham conhecimento do que se passava.

Repercuições

No dia imediato ao da proclamação da República, ao receber o Cônsul Geral do Brasil na Venezuela, Múcio Teixeira, o Presidente daquele país, Dr. Juan Pablo Rojas Paúl – tendo lhe dito que pedisse a Deus para que sua Pátria, governada por um sábio durante meio século, não fosse a partir de então regida pelo primeiro “tirannello” que o Exército lhe apresentasse – exclamou, sincera e profundamente comovido: "Se ha acabado la única República que existia en América: el Imperio del Brasil!"

Quase ao mesmo tempo, ao receber o embaixador brasileiro em Quito, o Supremo Magistrado da nação equatoriana lhe ofereceu os pêsames, afirmando em seguida que o Brasil acabara de cometer “o erro mais fatal de sua História!”

Mas a República foi saudado com euforia pelo enviado extraordinário do Departamento de Estado Norte Americano, Robert Adams Jr., que, ao escrever relatório sobre os acontecimentos, deixou isto bem patente: "A família imperial partiu hoje. O Governo de facto com o ministério foram estabelecidos, perfeita ordem mantida, importante reconhecermos a república primeiro. Adams" ("Imperial family sailed today. Government de facto with ministry established perfect order maintained, important we acknowledge republic first. Adams." - In SILVA, Hélio: "1889: A República não esperou o amanhecer", Porto Alegre: LP&M, p.371). Nesse mesmo dia, navios norte-americanos navegavam pelas águas territoriais brasileiras, para auxiliar o governo provisório da nova República na "imposição da ordem", numa provocação agressiva à Marinha do Brasil.

Tal auxílio também se verificaria durante a revolta da armada em setembro de 1893, sob o comando de Custódio de Melo. O Serviço de Documentação Geral da Marinha publicou o texto de Antônio Luiz Porto e Albuquerque que donde se extrai: “Ao Charleston, ao Newark e ao Detroit (navios de guerra americanos), vieram logo se juntar mais dois poderosos cruzadores, o San Francisco, a 12 de janeiro, e o New York, no dia 16, sob o comando supremo do Almirante Benham, com “instruções especiais”, para romper à bala se preciso fosse, o bloqueio do Rio de Janeiro. Os navios americanos que quisessem atracar aos trapiches, embora conduzindo contrabando de guerra para as forças legais (republicanas), poderiam contar com a garantia de seus canhões. De fato, quando a corveta rebelde Trajano tentou impedir que as barcas Amy, Good News e Julia Rollins descarregassem nas docas de Gamboa, Benham alvejou-a com um tiro de peça do Detroit, formou seus navios em linha de batalha e ameaçou pôr a pique os pequenos barcos de Saldanha.”

Neste fato histórico demonstra que os Estados Unidos (da América) ajudaram militarmente os golpistas na implantação e manutenção da forma republicana nos Estados Unidos (do Brasil).

Coerentes com a sua estratégia de enganar o povo, os conspiradores mentem e se desmentem continuamente. Pouco mais de um mês após o primeiro decreto, no dia 23 de dezembro de 1889, publicaram outro decreto ditatorial objetivando punir militarmente todos que se atrevessem a discordar da República.

Eis a sua íntegra:

Artigo 1.º- Os indivíduos que conspirarem contra a República e seu governo; que aconselharem ou promoverem, por palavras, escritos ou atos, a revolta civil ou a indisciplina militar; que tentarem suborno ou aliciação de qualquer gênero sobre os soldados ou oficiais, contra os seus deveres para com os superiores ou forma republicana; que divulgarem nas fileiras do Exército e da Armada noções falsas e subversivas tendentes a indispor-los contra a República; que usarem da embriaguez para insubordinar os ânimos dos soldados; serão julgados militarmente por uma comissão militar nomeada pelo Ministro da Guerra, e punidos com as penas militares de sedição.

Artigo 2.º- Revogam-se as disposições em contrário.

Eis aí uma das razões da Proclamação da República ser uma história tão mal contada.

Aproveitando o que havia de ruim na Constituição norte-americana, e somando um pouco de antidemocracia golpista recém inaugurada na nossa terra, promulgou-se em outubro de 1890, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil.

É preciso observar nesta “constituição” alguns aspectos “originais”, denotando a capacidade criativa dos golpistas que, pela primeira vez na história dos povos, deram a um país o nome de outro, Estados Unidos. Coerente aliás na escolha do primeiro hino nacional do Brasil republicano: a Marselhesa; e a primeira bandeira da nova ordem, uma réplica auriverde da bandeira norte-americana.

E notória a incoerência entre o discurso democrático e a prática ditatorial. Para exemplificar, a seguir esta uma de suas disposições:

Art. 85, p. 4.º- Não se poderão admitir como objeto de deliberação, no Congresso, projetos tendentes a abolir a forma republicana-federativa, ou a igualdade da representação dos Estados no Senado. Este parágrafo, denominado “cláusula pétrea”, bem demonstra o medo dos republicanos quanto à sua pretensa forma política, negando na prática o que diziam ao povo.

O regime que se dizia sinônimo de democracia na prática se mostrou o oposto, se no Império, votavam no Brasil cerca de 13% da população, na primeira eleição após a implantação da república votaram apenas 2,2%. Esta situação pouco mudou até 1930, quando o percentual não ultrapassava a insignificante casa dos 5,6%.

Arrependimentos

Rui Barbosa chamou, no final de sua vida, de “o mal grandíssimo e irremediável das instituições republicanas”, que consiste, segundo a “Águia de Haia”, “em deixar exposto à ilimitada concorrência das ambições menos dignas o primeiro lugar do Estado e, desta sorte, o condenar a ser ocupado, em regra, pela mediocridade”.

Logo após a Proclamação da República, Deodoro declarou: “Isto foi um mal; a Nação ficou atônita e as opiniões divergentes não se puderam pronunciar. Pouco antes de ser empossado como primeiro presidente disse: “Ainda a de haver revoluções, e o sangue que não correu a quinze de novembro ainda há de correr.” Morrendo em agosto de 1892, arrependido, o proclamador da República brasileira, marechal Deodoro da Fonseca, nascido em Alagoas em 1827, em disposição testamentária, recusou ser sepultado com “honras militares” a que tinha direito. Desejou também não ser enterrado com fardamento militar. Sua vontade não foi atendida.

Euclides da Cunha passou da militância pela República à descrença com os rumos do novo regime, numa mudança que se deu em pouco mais de dez anos, de 1886 a 1897, entre o início dos estudos militares e a cobertura da guerra de Canudos. Sua saída do Exército, em 1896, foi parte de seu crescente distanciamento frente à corporação e à República, que os cadetes da Escola Militar e os jovens oficiais tinham ajudado a fundar. Resultou também de sua inaptidão para a carreira militar, que exigia o respeito, ainda que cego, às hierarquias corporativas, mesmo nos casos em que a autoridade se impunha pela força e pelo arbítrio. Este distanciamento se revelou, em Os sertões, em que denunciou as tropas republicanas pelo massacre dos habitantes de Canudos, seguidores do beato Antônio Conselheiro.

Benjamim Constant, deixou escapar esta frase: “Esta não é a República com que sonhei!”

O desgoverno

Em dezembro de 1914, o insuspeitíssimo Senador Rui Barbosa, antigo Conselheiro do Império que se tornara um republicano dos mais ardorosos e destacados, proferiu um memorável discurso ao Senado Federal em que disse: *“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”*.

Mas seria este, o que melhor retrata o sentimento do povo quanto a mudança do regime: *“De Norte a Sul o povo lamuria a sua desgraça e chora envergonhado o que perdeu. Tinha um rei, tem sátrapas. Tinha dinheiro, tem dívidas. Tinha justiça, tem cambalachos de toga. Tinha Parlamento, tem ante-salas de fâmulos. Tinha o respeito do estrangeiro, tem irrisão e desprezo. Tinha moralidade, tem o impudor deslavado. Tinha soberania, tem cônsules estrangeiros assessorando ministros. Tinha estadistas, tem pêgas. Tinha vontade, tem medo. Tinha leis, tem estado de sítio. Tinha liberdade de imprensa, tem censura. Tinha brio, tem fome. Tinha Pedro II, tem ... não tem! Era. Não é”*.

Monteiro Lobato

Anexos

Carta de Gonçalves Ledo

"Custódio,

Disse-lhe na carta de 14, que seguiu pelo correio inglês, ter sido meu ato reprovadíssimo por todos. Censurado geralmente. Mas eu tenho razões patrióticas para não acompanhar o Dr. Andrada nas forças de front. A invasão do General Junot, a partida do Rei e da Corte para o Rio de Janeiro, o tratado de Fontainebleau, os acontecimentos que ora se desenrolam na Europa são, e ninguém o negará de boa fé, o início, senão o grande passo da nossa formação nacional, da liberdade do Brasil. Brasileiro, não seguirei os Batalhões Portugueses, nem derramarei meu sangue na defesa dos opressores de minha terra de nascimento, o amado Brasil. Dizem-me fraco e pusilânime, ignorantes que são todos dos meus intuitos não proclamados abertamente. Se o Rei de Portugal, se a nobreza de Portugal, abandonaram o berço que os embalou, não serei eu, nascido no Brasil, odiando os matadores de Tiradentes, que iria para o campo de batalha lutar pela liberdade dos déspotas que sugaram e ainda sugam as riquezas brasileiras. Partirei daqui brevemente e acompanhado de mais amigos irei organizar no Brasil a primeira Loja que será o centro da propaganda liberal do Brasil. Lembre-me ao Araújo e eu sou o seu irmão.

Joaquim Gonçalves Ledo"

Artigo de O ESTADO DE SÃO PAULO

Regente Feijó pediu a estrangeiros que ajudassem a debelar revolta da Cabanagem
(por Lúcio Flávio Pinto)

BELÉM - Documentos esquecidos num escritório de Londres podem reescrever a história brasileira da época do Império. Correspondência trocada entre o regente Diogo Antônio Feijó e oficiais do governo britânico, de 1835 a 1839, mostra que o País autorizou tropas britânicas, portuguesas e francesas a invadirem o atual Estado do Pará a fim de combater a Cabanagem, o mais sangrento motim já ocorrido em território nacional.

Se o plano fosse aceito, estrangeiros poderiam matar brasileiros com conhecimento e aprovação do governo e parte da Amazônia teria sido entregue a britânicos ou franceses no século 19. Tudo isso teria ocorrido se os estrangeiros tivessem aceitado pedido do representante do governo imperial brasileiro, o regente Feijó.

O encontro entre Feijó e os embaixadores inglês e francês só foi revelado 160 anos depois pelo antropólogo David Cleary, de 42 anos, autor de uma elogiada pesquisa sobre garimpos de ouro da Amazônia. Foi ele que encontrou no arquivo do Publics Records Office, em Londres, correspondências trocadas com a embaixada, o Ministério das Relações Exteriores e o almirantado britânicos. Cleary publicou um artigo nos Estados Unidos e a documentação inédita aguarda, há mais de dois anos, a publicação prometida pela direção do Arquivo Público do Pará.